

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO/RJ

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



ANALISTA PROCESSUAL II

Manhã

Tipo 1 - CINZA

Organizadora:



CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****“Revista USP” discute o jornalismo na era da pós-verdade**

Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações.

Um dos maiores desafios da mídia contemporânea é conter a proliferação de notícias falsas, as chamadas “fake news”, que acabam fazendo da maneira de pensar atual uma reminiscência do modo de pensar de um camponês medieval, com base em fofocas, boatos e muita conversa. Com isso, o novo mundo se assemelha ao mundo de antes do período em que a imprensa criada por Gutenberg predominou na história da humanidade, entre o século 15 e o início do século 21, transformado então apenas numa “interrupção do fluxo normal da comunicação humana”.

Essa análise, inspirada nas ideias do professor *Thomas Pettitt*, da Universidade do Sul da Dinamarca, está exposta no artigo “Verdades e mentiras no ecossistema digital”, do jornalista e professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Caio Túlio Costa, publicado na edição número 116 da Revista USP, que acaba de ser lançada. Publicada trimestralmente pela Superintendência de Comunicação Social (SCS) da USP, a revista traz nesta edição o dossiê “Pós-Verdade e Jornalismo”, que inclui cinco artigos de pesquisadores e jornalistas, dedicados a analisar as formas de evitar as “fake news” e garantir a veiculação de informações de qualidade para a sociedade.

Garantir essa qualidade está cada vez mais difícil na era da “pós-verdade” – expressão que designa a circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais, de acordo com a definição do *Oxford Dictionary*. É o que aponta o professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP Eugênio Bucci, no artigo “Pós-política e corrosão da verdade”, também publicado no dossiê da Revista USP.

Bucci reitera que parte da responsabilidade pela desvalorização da verdade factual – aquela que se refere não a um valor transcendental, mas ao registro “precário” dos acontecimentos – se deve às redes sociais e à internet, “onde se acomodaram confortavelmente as forças dedicadas à produção das notícias fraudulentas”. Ressalvando o lado positivo dessas novas tecnologias, como a abertura de novos canais de diálogos, a facilidade de comunicação entre as pessoas e a exibição imediata de demandas públicas, Bucci destaca que o problema se encontra no fato de que, tendo se enraizado no mundo da vida e na esfera pública, elas não são públicas em seus controles e na sua propriedade. “Sob a malha tecnológica, elas promovem a tecnociência e o capital como substitutos da própria política.”

Para Bucci, redes sociais como Facebook e Twitter e sites de busca como Google aceleraram e fortaleceram a pós-verdade. Isso se deu, de acordo com o professor, por pelo menos dois motivos. O primeiro se refere ao incremento da velocidade e do alcance proporcionado por esses novos recursos. “Vários levantamentos mostram que as notícias fraudulentas repercutem mais do que as verdadeiras. E mais rapidamente. E arrebatam as amplas massas de um modo acachapante, num grau jamais atingido pelos meios jornalísticos mais convencionais”, escreve Bucci, citando como exemplo a campanha de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, em 2016, que em dois dias conseguiu fazer com que boa parte da população do país acreditasse que Barack Obama tinha nascido no Quênia.

O segundo motivo por que as redes sociais e sites de busca favorecem a pós-verdade diz respeito ao fator econômico, continua o professor. “Notícias fraudulentas dão lucro. Dentro do ambiente virtual do Google e do Facebook, a fraude compensa. Quanto maior o número de cliques, mais o autor fatura. E, como a mentira é fácil de produzir (é barata) e desperta o furor das audiências, um dos melhores negócios da atualidade é noticiar acontecimentos que nunca aconteceram de verdade – e que, mesmo assim, despertam emoções fortes nos chamados internautas.”

[...]

(CASTRO, Roberto C. G. “Revista USP” discute o jornalismo na era da pós-verdade. *Jornal da USP*. Em: maio de 2018.)

Questão 01

Algumas palavras podem ter a definição quanto à classe gramatical a que pertencem usualmente alterada; de acordo com o contexto da estrutura linguística em que foram empregadas, analise a frase a seguir:

“Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações”.

Os termos destacados estão corretamente identificados em: (Considere a sequência em que aparecem.)

- A) Locução; termo integrante; e, substantivo.
- B) Conjunção; preposição; e, advérbio de modo.
- C) Preposição; pronome relativo; e, substantivo.
- D) Advérbio de companhia; conjunção; e, advérbio de modo.

Questão 02

Considerando os recursos estilísticos da linguagem, pode-se afirmar que um tipo de linguagem figurada foi empregado em:

- A) “Quanto maior o número de cliques, mais o autor fatura.” (6º§)
- B) “Revista USP discute o jornalismo na era da pós-verdade” (Título)
- C) “Isso se deu, de acordo com o professor, por pelo menos dois motivos.” (5º§)
- D) “[...] inspirada nas ideias do professor Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca, está exposta [...]” (2º§)

Questão 03

De acordo com as ideias e informações apresentadas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Acredita-se que o jornalismo de qualidade é determinante no combate e eliminação definitiva das “fake news”.
- B) As “fake news” provocam um impacto na sociedade atual que, sob determinado ponto de vista, remete a um retrocesso em relação a atitudes comportamentais.
- C) Embora haja grande impacto das “fake news” sobre a sociedade, pode-se afirmar que sua ampliação não condiz com o modo de pensar predominante na sociedade atual.
- D) A expressão pós-verdade constitui-se – em um contexto característico do século XXI – de determinada preocupação com a realização de um trabalho jornalístico investigativo na busca da confirmação da verdade.

Questão 04

Acerca do segmento “*Publicação traz dossiê com artigos de especialistas que analisam modos de garantir a qualidade das informações*”, pode-se afirmar que:

- A) Apresenta oposição em relação à ação citada no título.
- B) Como um sobretítulo do texto, complementa o assunto apresentado.
- C) Denomina-se “subtítulo”, conferindo destaque a determinada informação do texto.
- D) Denomina-se manchete, apresentando-se em destaque e indicando o assunto que será tratado no texto.

Questão 05

Sobre a concordância verbal estabelecida em “*Um dos maiores desafios da mídia contemporânea é conter a proliferação de notícias falsas, [...]*” (1º§), pode-se afirmar que:

- A) Exemplifica o uso e registro da linguagem informal ou coloquial.
- B) Trata-se de emprego facultativo da 2ª pessoa do singular do verbo “ser”.
- C) A substituição da expressão “Um dos” por “Os” manteria, obrigatoriamente, a forma verbal na 3ª pessoa do singular.
- D) Caso o trecho fosse reescrito empregando-se a expressão “um dos que”, seria uma possibilidade adequada: “*Dentre os maiores desafios da mídia contemporânea, um dos que contêm a proliferação de notícias falsas, [...]*”.

Questão 06

Pode-se observar que os termos destacados a seguir exemplificam a manutenção do referente introduzido anteriormente no texto por meio de elemento de coesão textual, com EXCEÇÃO de:

- A) “[...] com base em fofocas, boatos e muita conversa.” (1º§)
- B) “[...] edição número 116 da Revista USP, que acaba de ser lançada.” (2º§)
- C) “Com isso, o novo mundo se assemelha ao mundo de antes do período [...]” (1º§)
- D) “Essa análise, inspirada nas ideias do professor Thomas Pettitt, da Universidade do Sul da Dinamarca, [...]” (2º§)

Questão 07

“[...] que inclui cinco artigos de pesquisadores e jornalistas, dedicados a analisar as formas de evitar as ‘fake News’ e garantir a veiculação de informações de qualidade para a sociedade.” (2º§) O segmento destacado no trecho anterior apresenta algumas ocorrências do termo “a” (e variações). Pode-se afirmar que, em relação à regência verbal, tal termo foi utilizado:

- A) Apenas uma vez.
- B) Apenas três vezes.
- C) Apenas duas vezes.
- D) Em todas as ocorrências.

Questão 08

De acordo com o texto, pode-se concluir que as “fake news”:

- A) Podem provocar mudanças à medida que são confrontadas pela credibilidade própria da pós-verdade.
- B) Estimulam o processo atual de desvirtuamento da pesquisa investigativa, controlando-a e manipulando-a.
- C) Fortalecem as características pertinentes ao termo “pós-verdade”, de modo a contribuir com sua propagação.
- D) Conferem à sociedade pós-moderna características relacionadas ao contínuo questionamento em busca de informação clara e objetiva.

Questão 09

“Garantir essa qualidade está cada vez mais difícil na era da ‘pós-verdade’ – expressão que designa a circunstância em que fatos objetivos são menos influentes para moldar a opinião pública do que apelos à emoção e às crenças pessoais, de acordo com a definição do Oxford Dictionary.” (3º§) Pode-se afirmar em relação ao emprego da crase no trecho em destaque que:

- A) As duas ocorrências são facultativas.
- B) Há obrigatoriedade nas duas ocorrências.
- C) Apenas a segunda ocorrência é facultativa.
- D) Os complementos que o sucedem são regidos por diferentes termos.

Questão 10

Considerando mecanismos da argumentação textual, pode-se afirmar que:

- A) O ponto de vista apresentado no texto é o principal argumento acerca do assunto tratado de grande relevância para a sociedade atual.
- B) Não há utilização de tais mecanismos considerando a estrutura textual apresentada e suas características de acordo com a tipologia e gênero textual que o texto pode ser classificado.
- C) Ao inserir citações de especialistas no assunto tratado, ocorre a inserção de argumento de autoridade cujo objetivo é tornar a compreensão do texto acessível a todos os tipos de interlocutores.
- D) É possível identificar, por meio do discurso indireto citado no texto, argumento que pode ser empregado como contra-argumento em defesa de ideia combativa do uso de novas tecnologias da comunicação.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Considere a matriz a seguir:

$$\begin{bmatrix} k & -k \\ -2 & -2 \end{bmatrix}$$

Sabendo-se que seu determinante é dado pela soma entre as raízes da equação do segundo grau: $x^2 + 9x + 20 = 0$, qual é o valor de k ?

- A) 1,25.
- B) 2,25.
- C) -1,25.
- D) -2,25.

Questão 12

Considere verdadeira a proposição:

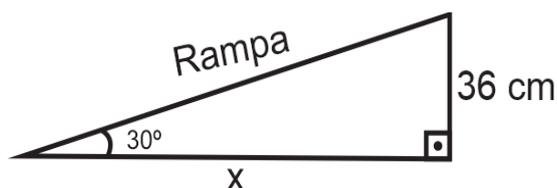
“Se Júlio mora em Nova Friburgo, então Paula é carioca e Joana não gosta de morar no Rio”.

Sendo verdade que Joana gosta de morar no Rio, também será necessariamente verdadeiro que:

- A) Paula é carioca.
- B) Paula não é carioca.
- C) Júlio mora em Nova Friburgo.
- D) Júlio não mora em Nova Friburgo.

Questão 13

A Prefeitura de Nova Friburgo está implementando os recursos de acessibilidade e, entre as práticas a serem adotadas, está a construção de rampas de acesso nas principais entradas dos prédios da entidade. O esboço apresentado abaixo representa uma rampa que deverá ser instalada em uma calçada para acessar a recepção da prefeitura municipal.



De acordo com esse esboço, a distância representada por x pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) De 40,0 cm a 50 cm.
- B) De 50,1 cm a 60,0 cm.
- C) De 60,1 cm a 70,0 cm.
- D) De 70,1 cm a 80,0 cm.

Questão 14

No início do verão em Nova Friburgo, o noticiário informou que a probabilidade de chuva em cada um dos cinco primeiros dias era de 25%, sendo que a ocorrência de chuva em um dia é independente dos demais. Assim, considerando-se que o noticiário está correto, a probabilidade de que chova em dois dos cinco dias pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) 0,1% a 25%
- B) 25,1% a 50,0%
- C) 50,1% a 75,0%
- D) 75,1% a 99,9%

Questão 15

Quatro amigos estavam conversando sobre suas trajetórias profissionais e comentaram quais eram seus respectivos salários. Ao terminarem a conversa, constataram que a soma dos salários dos quatro é igual a R\$ 18.800,00 e que estes salários formavam uma progressão aritmética, cuja razão é R\$ 900,00. De acordo com essa situação, o valor do maior salário, dentre estes quatro amigos, pertence a qual dos intervalos?

- A) R\$ 4.500,00 e R\$ 5.000,00.
- B) R\$ 5.000,01 e R\$ 5.500,00.
- C) R\$ 5.500,01 e R\$ 6.000,00.
- D) R\$ 6.000,01 e R\$ 6.500,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES GERAIS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

A dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil e consiste no valor-fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais. Trata-se do princípio que coloca o ser humano como preocupação central para o Estado brasileiro; a proteção às pessoas deve ser vista como um fim em si mesmo. Em razão da importância do princípio da dignidade da pessoa humana, o STF já o utilizou como fundamento de diversas decisões importantes. Com fulcro no exposto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considerou legítima a união homoafetiva como entidade familiar, em razão do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à busca pela felicidade.
- II. Considera que não ofende o direito à vida e à dignidade da pessoa humana a pesquisa com células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados nesse procedimento.
- III. Entende que não é possível, por violar o princípio da dignidade da pessoa humana, a submissão compulsória do pai ao exame de DNA na ação de investigação de paternidade.
- IV. Que a crítica jornalística é um direito cujo suporte legitimador é o pluralismo político; o exercício desse direito deve, assim, ser preservado contra ensaios autoritários de repressão penal.

Dentre os entendimentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e III, apenas.

Questão 17

Existem duas maneiras de o Estado prestar seus serviços, de forma centralizada ou descentralizada. Sobre a descentralização, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ocorre a descentralização política quando a Constituição Federal atribui competências aos Estados, DF e Municípios; a distribuição de competências, entre os entes políticos, que ocorre no nível constitucional.
- II. A descentralização administrativa envolve duas pessoas distintas: de um lado, o Estado – seja a União, estados, Distrito Federal ou municípios – e, de outro, a pessoa que executará o serviço, uma vez que recebeu essa atribuição do Estado.
- III. A descentralização por outorga ocorre quando o Estado cria uma entidade com personalidade jurídica e a ela transfere a titularidade e execução de determinado serviço público.
- IV. A descentralização ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica, como uma técnica administrativa para distribuir internamente as competências.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 18

Considerando as diferentes acepções que norteiam o princípio da impessoalidade, analise as afirmativas a seguir.

- I. Na primeira acepção de finalidade, o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da Administração deve buscar a satisfação do interesse público; pode-se dizer, portanto, que tal princípio decorre do princípio da supremacia do interesse público.
- II. Na segunda acepção, o princípio da impessoalidade traz a ideia de vedação à promoção pessoal, de forma que o agente público não pode utilizar as realizações da Administração Pública para promoção pessoal.
- III. A terceira acepção do princípio da impessoalidade é aquela que o relaciona à isonomia. É o que se verifica, por exemplo, na exigência de concurso público para o acesso aos cargos públicos. A oportunidade de se ter acesso a esses cargos é igual para todos. Outro exemplo dessa acepção aduz sobre o pagamento das dívidas do Estado, que deverá observar, em regra, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios.
- IV. A quarta acepção do princípio da impessoalidade é a que considera que os atos praticados pelo agente público não são imputáveis a ele, mas ao órgão ou entidade em nome do qual ele age. A ação dos agentes é, portanto, impessoal.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 19

Conforme elucida o Art. 18, da CF/1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Os Territórios não são entes federativos e, portanto, não possuem autonomia política. Considerando o exposto, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. União.
 2. Estados Membros.
 3. Distrito Federal.
 4. Territórios Federais.
 5. Municípios.
- () São entes autônomos, com personalidade jurídica de direito público interno, dotados de autonomia política e, por isso, apresentam capacidade de auto-organização, autolegislação, autoadministração e autogoverno.
- () Pessoa jurídica de direito público interno, sem personalidade internacional, autônoma, com competências administrativas e legislativas enumeradas pela Carta Magna.
- () Ente federado autônomo de natureza híbrida, apresentando algumas características dos Estados e outras dos Municípios; a auto-organização se manifesta por meio de Lei Orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulga, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.
- () Poderão ser criados a qualquer tempo por meio de lei complementar, sendo considerados meras descentralizações administrativas; é organizado e mantido pela União.
- () São entes autônomos, sendo sua autonomia alçada, pela Constituição Federal, à condição de princípio constitucional sensível, seu poder de auto-organização é limitado pela Constituição Federal e, segundo o STF, tais limites não podem ser atenuados nem agravados pela Constituição do Estado.

A sequência está correta em

- A) 2, 1, 3, 4, 5.
- B) 5, 4, 3, 2, 1.
- C) 2, 4, 1, 3, 5.
- D) 4, 2, 3, 5, 1.

Questão 20

Trata-se daquela que resulta de um fato natural, o nascimento; diz-se, portanto, que é uma forma involuntária de aquisição de nacionalidade. É atribuída ao indivíduo em razão de critérios sanguíneos (*ius sanguinis*); territoriais (*ius soli*); ou mistos. Os brasileiros que a recebem são chamados de brasileiros natos. O conceito apresentado anteriormente refere-se à nacionalidade:

- A) Derivada.
- B) Originária.
- C) Presumida.
- D) Naturalizada.

Questão 21

O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para proteger a liberdade de locomoção e consiste numa garantia fundamental. Por remédio constitucional, compreende-se um meio que a Constituição oferta ao indivíduo visando proteção de seus direitos contra a ilegalidade ou o abuso de poder cometido pelo Estado. O *habeas corpus* tem natureza

- A) penal e rito sumário; e, ainda, caráter residual.
- B) civil e rito sumário, cuja ação é personalíssima.
- C) de ação judicial, de rito sumário especial e natureza coletiva.
- D) penal e procedimento especial, cuja ação possui legitimidade universal.

Questão 22

O Art. 9º, inciso VII, da Lei da Improbidade Administrativa (alterada pela Lei nº 14.230/2021), aduz que adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no *caput* deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução, configura ato de improbidade administrativa que

- A) causa prejuízo ao erário.
- B) importa em enriquecimento ilícito.
- C) decorre de divergência interpretativa da lei.
- D) é atentatório aos princípios da Administração Pública.

Questão 23

Segundo a doutrina, a licitação possui o objeto imediato, constituindo-se da seleção de determinada proposta para o atendimento de um fim público; o objeto mediato consiste na obtenção de um proveito para o poder público como obra, serviço, compra, alienação, dentre outros. Considerando a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- B) Aplica-se a Lei nº 14.133/2021 em contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.
- C) Quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada, o edital obrigatoriamente contemplará matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado.
- D) É assegurado, independentemente do prazo de duração do contrato, a utilização de mais de um índice de reajuste no mesmo contrato nos casos em que apenas um índice não refletir a variação ponderada dos custos de insumos utilizados em determinado tipo de obra.

Questão 24

Considerando a Lei nº 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo na administração federal, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.
- II. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezesseis anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.
- III. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- IV. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de vinte dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

Questão 25

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, regulamenta o direito fundamental, previsto na Constituição, de qualquer pessoa física ou jurídica solicitar e receber informações públicas produzidas ou custodiadas pelos órgãos e entidades públicos. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação que vigoram a partir da data de sua produção são:

- A) Secreta: 10 anos.
- B) Reservada: 15 anos.
- C) Moderada: 05 anos.
- D) Ultrassecreta: 25 anos.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Determinado funcionário do setor de almoxarifado da prefeitura de Nova Friburgo foi afastado temporariamente do seu cargo em razão de determinação judicial, baseada em relatórios de auditorias feitas pelo Tribunal de Contas do Estado. O funcionário mais antigo do setor foi nomeado para ocupar o cargo efetivo vago. Nos termos do Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, esta nomeação é feita

- A) em comissão.
- B) em substituição.
- C) em concorrência.
- D) em caráter efetivo.

Questão 27

O Estatuto do Servidor – Lei Municipal nº 1.470/1979, prevê que ao funcionário é assegurado o direito de petição em toda a sua amplitude, assim como o de representar seus superiores hierárquicos, mesmo nos casos de abuso de autoridade e para obter o ressarcimento de direito violado. Sobre direito de pleitear na esfera administrativa, decisões, recursos e prescrição, assinale afirmativa correta.

- A) Prescreve em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- B) Os prazos de prescrição estabelecidos no Estatuto somente contar-se-ão a partir da data da publicação do ato no Órgão Oficial.
- C) Fica precluso em cento e vinte dias o direito de pedir as licenças previstas no Estatuto, contado da data do fato gerador do afastamento.
- D) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e terá solução dentro do prazo máximo de noventa dias, salvo em casos que obriguem a realização de diligências ou estudo especial.

Questão 28

Considerando a organização municipal prevista na Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 4.637/2018, assinale a afirmativa correta.

- A) O Município, pessoa jurídica de direito público interno, é constituído pelos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, independentes e harmônicos entre si.
- B) O Município de Nova Friburgo é dotado de autonomia administrativa, pela organização dos serviços públicos locais e administração própria dos assuntos de interesse local.
- C) O Município poderá celebrar convênios ou consórcios com a União, Estados e Municípios ou respectivos entes da Administração indireta para contratação de empréstimos e financiamentos sem prévia autorização legislativa.
- D) O Município rege-se por sua Lei Orgânica; desse modo, as restrições impostas pela legislação municipal em matéria de interesse local prevalecem sobre disposições de qualquer ente federativo, inclusive em matéria constitucional, quando anteriores a estas e desde que não revogadas expressamente.

Questão 29

Os agentes públicos, na esfera de suas respectivas atribuições, prestarão informações e fornecerão certidões a quem as requerer, desde que no seu interesse particular ou interesse coletivo ou geral. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município – Lei Municipal nº 4.637/2018, assinale afirmativa correta sobre as certidões.

- A) O direito à certidão é gratuito, sendo vedado estabelecer norma que exija o prévio pagamento de emolumentos.
- B) As informações em forma de certidão serão prestadas por escrito e firmadas pelo agente público que as prestou.
- C) As certidões que contenham informações pessoais e sigilosas de outros cidadãos somente poderão ser expedidas mediante ciência expressa e assinatura do Prefeito.
- D) As informações serão prestadas dentro do prazo de quarenta e oito horas, quando não puderem ser imediatamente, e as certidões serão expedidas no prazo máximo de cinco dias corridos.

Questão 30

Tendo em vista que o Código de Posturas de Nova Friburgo dispõe sobre a exploração dos meios de publicidade nas vias públicas e logradouros, bem como nos lugares de acesso comum, assinale afirmativa correta.

- A) Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público.
- B) A exploração dos meios de publicidade nas vias públicas e logradouros independe de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte apenas ao pagamento da taxa respectiva.
- C) Os anúncios que estiverem dentro de terrenos privados ou área de domínio privado não estão sujeitos às diretrizes estabelecidas pelo Código de Posturas de Nova Friburgo.
- D) Os panfletos ou anúncios destinados a serem distribuídos ou lançados nas vias públicas ou logradouros devem conter todas as informações necessárias da publicidade, ficando as dimensões livre do anunciante.

Questão 31

O Código de Posturas de Nova Friburgo dispõe sobre as medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuinto as necessárias relações entre o poder público local e os municípios. Para preservar de maneira geral a higiene pública, fica terminantemente proibido:

- I. Lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas.
- II. Queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança.
- III. Os vendedores ambulantes de Nova Friburgo são responsáveis pela conservação e limpeza da área em redor de seu ponto de venda.
- IV. Atirar lixo ou quaisquer outros detritos no leito dos rios.
- V. Aterrorizar vias públicas com lixo, materiais velhos, ou quaisquer detritos.
- VI. Instalar estrumeiras a qualquer distância das ruas e logradouros públicos, ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II, IV e V.
- B) II, III, V e VI.
- C) I, III, IV e VI.
- D) III, IV, V e VI.

Questão 32

A conduta ética dos agentes públicos municipais serão regidas pelo Código de Ética e de Conduta dos Agentes Públicos do Poder Executivo Municipal, sem prejuízo de outras normas disciplinares aplicáveis. São considerados compromissos de conduta ética do agente público do Poder Executivo Municipal, EXCETO:

- A) Não dificultar o acompanhamento de suas tarefas por todos aqueles que, por atribuição legal, devam fazê-lo.
- B) Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função e à condição de agente da Administração Pública municipal.
- C) Declarar-se impedido ou suspeito em situações que sua independência ou imparcialidade possam estar prejudicadas para o desempenho de suas funções, observando-se as hipóteses legais.
- D) Não aceitar presentes em forma de brindes, mesmo aqueles sem valor comercial ou aqueles distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, que não redunde em propaganda ou vantagem, ou ainda por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas.

Questão 33

Considerando as normas contidas no Código Tributário do Município de Nova Friburgo, quando o contribuinte ou responsável legal deixar de eleger o domicílio tributário, será considerado como tal

- A) quanto às pessoas jurídicas de direito público, a sede do Município.
- B) quanto às pessoas naturais, sendo esta incerta ou desconhecida, a sede da Defensoria Pública, que atuará como curadora especial.
- C) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar de cada estabelecimento situado no território do Município.
- D) quanto às pessoas naturais que possuem residência habitual, o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos que derem origem à obrigação.

Questão 34

Segundo o Código Tributário do Município de Nova Friburgo, compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Sobre a constituição do crédito tributário e do lançamento, assinale afirmativa correta.

- A) O não-recebimento da guia de pagamento ou do carnê de cobrança exonera o contribuinte da obrigação tributária, cujos prazos de vencimento devem ser reabertos.
- B) A impugnação do lançamento do imposto poderá ser apresentada em até quarenta e cinco dias a contar do recebimento da notificação que der ciência do crédito lançado ao contribuinte.
- C) O lançamento do tributo depende da validade jurídica dos atos efetivamente praticados por contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza de seu objeto ou dos seus efeitos.
- D) Em qualquer caso, considera-se notificado o contribuinte mediante a distribuição ou divulgação do carnê e/ou da guia de pagamento do tributo, com subsequente disponibilização, por meio eletrônico, ao contribuinte.

Questão 35

Os infratores dos dispositivos Código do Meio Ambiente do Município, de seus regulamentos e do estabelecidos pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às penalidades previstas nesta Lei, além das demais sanções civis ou penais, fixadas pela legislação federal ou estadual. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental deverá considerar o dano causado ao meio ambiente, observando critérios de valoração ambiental e circunstâncias atenuantes e agravantes. Assim, sobre as penalidades ambientais, assinale afirmativa correta.

- A) São circunstâncias atenuantes o menor grau de compreensão e a escolaridade do infrator.
- B) Trata-se de circunstância agravante a comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.
- C) A infração será classificada como muito grave quando for verificada a existência de três ou mais circunstâncias agravantes ou reincidência.
- D) Arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada, não é suficiente para gerar atenuantes das penas, pois o dano ambiental já foi praticado.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 36

O conceito de *accountability* refere-se ao conjunto de instrumentos e processos que conduzem os gestores públicos a explicar e implementar suas ações, promovendo uma maior clareza e visibilidade das políticas governamentais. A capacidade dos cidadãos de avaliar se as ações dos governantes se alinham aos interesses coletivos e de reagir de acordo amplia o *accountability* desse governo. Em relação às formas de *accountability*, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Accountability* horizontal: refere-se à capacidade de o cidadão comum pedir prestação de contas diretamente ao governo.
- II. *Accountability* societal: é caracterizada como forma de atuação da sociedade no controle das autoridades políticas, com ações de associações de cidadãos e de movimentos.
- III. *Accountability* vertical: permite que os órgãos internos do governo, como tribunais de contas e ouvidorias, fiscalizem e controlem ações de outras áreas do governo.
- IV. *Accountability* diagonal: autoriza os cidadãos a dependerem, exclusivamente, de organizações internacionais para fiscalização das ações do governo.
- V. *Accountability* horizontal: é exercida por meio de agências estatais sobre outras agências. Esse tipo de controle se justifica pelas deficiências dos controles verticais exercidos pelas eleições e pela sociedade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e V.
- B) II e V.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 37

A ética na Administração Pública envolve questões morais e éticas relacionadas à tomada de decisões e à execução das atividades governamentais. A responsabilidade social no setor público, baseia-se no pressuposto de que a Administração Pública e a sociedade não são entidades independentes, nem com existência intrínseca, mas sim interligadas e cuja relação origina expectativas lícitas na sociedade. Em relação à ética e responsabilidade social nas organizações, assinale a afirmativa correta.

- A) Ética organizacional e responsabilidade social são conceitos intercambiáveis e possuem o mesmo significado no contexto de gestão pública.
- B) A ética nas organizações diz respeito apenas à conformidade com leis e regulamentações, e não se relaciona com valores e princípios que orientam as ações e decisões empresariais.
- C) Responsabilidade social corporativa refere-se exclusivamente às obrigações legais e fiscais que uma empresa deve cumprir, não envolvendo práticas voluntárias de bem-estar social ou ambiental.
- D) Uma empresa que pratica a responsabilidade social vai além do cumprimento de suas obrigações legais, buscando atuar de forma ética e contribuir positivamente para a sociedade e o meio ambiente, por meio de ações voluntárias.

Questão 38

Considerando a elaboração e a execução do orçamento público no Brasil, observa-se que a Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO, tem como objetivo principal orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual – LOA, enquanto o Plano Plurianual define, para um período de quatro anos, diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública. Além do exposto anteriormente, estão inseridos na LDO e no Plano Plurianual, respectivamente:

- A) Programas de duração continuada; alterações na legislação tributária.
- B) Política de aplicação das agências financeiras de fomento; despesas de capital e “outras delas decorrentes”.
- C) Despesas de capital somente para o exercício corrente; definição de objetivos para a Administração Pública.
- D) Definição de metas para a Administração Pública; orientações para execução da Lei de Orçamento Anual – LOA.

Questão 39

A transparência e a governança das administrações públicas tornaram-se requisitos fundamentais no Estado Democrático de Direito, consagrados no Brasil e em muitos países nas leis sobre o acesso à informação e nas suas respectivas constituições. Portanto, a transparência e a governança são conceitos fundamentais para o bom funcionamento das instituições públicas. A afirmativa que melhor define a relação entre transparência e governança é:

- A) Transparência e governança são conceitos intercambiáveis e se referem ao mesmo conjunto de práticas de gestão em instituições públicas.
- B) Transparência é o conjunto de regras e práticas que orientam o funcionamento de uma instituição; governança se refere apenas à divulgação de dados financeiros.
- C) Governança refere-se exclusivamente à gestão financeira de uma instituição; transparência diz respeito à divulgação de informações institucionais para a população.
- D) Governança é o processo de decisão e implementação, visando atingir os objetivos propostos; transparência é a clareza e a abertura na comunicação dessas decisões e ações na sociedade.

Questão 40

É observado que a liderança tem se tornado cada vez mais relevante na gestão pública por causa do surgimento e fortalecimento de um cenário complexo. Essa perspectiva reforça que as entidades públicas fazem parte de um contexto em constante mudança, em que buscam mais eficácia nos resultados, qualidade e desempenho das equipes. Portanto, no contexto da Administração Pública, a liderança é fundamental para a gestão eficiente dos recursos e a entrega de serviços de qualidade à população. Considerando as características e conceitos de liderança na Administração Pública, uma das habilidades ou qualidades desejáveis para um líder no setor público é:

- A) A capacidade de compartilhar seus sentimentos e frustrações com todos a sua volta e com o público.
- B) Agir incansavelmente para que suas ações e decisões sejam seguidas, literalmente, por todos os grupos de interesses (*stakeholders*).
- C) A capacidade de mudar ou ajustar-se conforme o ambiente e as circunstâncias, permitindo que um líder responda eficazmente às mudanças e desafios.
- D) A preferência por agir isoladamente, evitando a colaboração e confiando apenas em seu próprio julgamento e habilidades de tomar decisões e resolver problemas.

Questão 41

No Brasil, alguns Estados e Municípios têm trabalhado com a gestão em redes para apoiar a gestão pública, exercendo um papel estratégico na tomada de decisão e otimização dos resultados e, conseqüentemente, favorecendo a transparência dos dados. Desse modo, a gestão em redes no setor público busca aprimorar a integração entre diferentes órgãos e entidades públicas por meio de práticas colaborativas. Sobre a gestão em redes no setor público, analise as afirmativas a seguir.

- I. Favorece a horizontalidade na tomada de decisões, minimizando hierarquias e promovendo a cocriação de soluções entre os envolvidos.
- II. O seu foco é centralizar as decisões e ações em um único órgão ou entidade pública.
- III. A abordagem em rede potencializa a troca de experiências, recursos e informações entre diferentes partes interessadas.
- IV. Desestimula a participação cidadã, uma vez que prioriza somente a relação entre órgãos governamentais.

Está correto apenas o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.

Questão 42

A eficácia de uma gestão pública está vinculada diretamente ao controle dos seus gastos, que, por sua vez, demanda o conhecimento dos custos associados aos produtos e serviços ofertados à população. Tendo em vista que na gestão pública, a administração por resultados é cada vez mais relevante e busca melhorar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços prestados ao cidadão, analise as afirmativas a seguir.

- I. Foca no monitoramento e avaliação dos resultados práticos, em vez de se concentrar, apenas, nos processos e atividades.
- II. Permite uma maior transparência na prestação de contas à sociedade, pois direciona a atenção para os resultados concretos obtidos com os recursos públicos.
- III. É um modelo que incentiva a inovação e a melhoria contínua, uma vez que se preocupa unicamente com metas numéricas.
- IV. Por meio dela os gestores públicos podem definir objetivos claros e mensuráveis, estabelecendo metas a serem alcançadas em determinados períodos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I, II, III e IV.
- B) III, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 43

O termo *accountability* é de difícil tradução para o português. O seu significado está relacionado à existência, nos regimes democráticos, de condições formais (eleições periódicas, separação de poderes, liberdade de opinião e associação) ou informais (mídia independente e sociedade civil atuante) que:

- I. Favoreçam a “prestação de contas” da ação pública dos representantes políticos, de modo que atuem responsabilmente e de acordo com os interesses dos representados.
- II. O processo de delegação de responsabilidades, no qual os servidores públicos passem a ser encarregados, não sendo necessária a posterior justificação.
- III. Envolvam duplamente representantes e representados, governo e sociedade.
- IV. Identifiquem-se com a capacidade dos governantes de explicarem seus atos e de serem punidos, por agências estatais, caso infrinjam as regras.
- V. Forneçam liberdade total de ação dos agentes públicos, sem qualquer necessidade de explicação ou justificação a terceiros.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e IV.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.

Questão 44

Ao longo dos anos, ocorreram grandes mudanças na forma como os cidadãos passaram a ver as instituições. O acesso à informação por meio da tecnologia fez com que as organizações atuais partissem para uma estrutura menos hierarquizada. Porém, para se chegar até aqui, um longo caminho foi percorrido com propostas de diferentes e importantes teorias da Administração. Em relação aos princípios básicos propostos por diferentes teóricos ao longo dos anos, analise as afirmativas a seguir.

- I. A teoria das relações humanas destaca a importância do fator humano na organização, contrapondo-se à visão mecanicista da Teoria Clássica.
- II. *Henri Fayol*, representante da teoria clássica, propôs que as organizações deveriam ser estruturadas de forma totalmente horizontal para maximizar a eficiência.
- III. *Frederick Taylor*, um dos principais expoentes da teoria científica, enfatizava a especialização do operário e a padronização de tarefas.
- IV. A teoria contingencial sugere que não existe uma única e melhor forma de organizar, e a estrutura organizacional adequada depende do contexto externo e das contingências.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 45

O orçamento público, uma ferramenta de gestão pública, engloba elementos políticos, econômicos e estruturais. Ele serve como um mecanismo de planejamento governamental para estabelecer prioridades, metas e propósitos, evitando receitas e gastos para satisfazer adequadamente as demandas e expectativas da sociedade. Em relação à descentralização orçamentária na Administração Pública, é correto afirmar que:

- A) Visa concentrar a execução orçamentária em um único órgão, proporcionando maior controle e fiscalização do uso de recursos.
- B) Não permite que órgãos e entidades de Administração Pública direta e indireta recebam doações orçamentárias para gerenciar seus recursos.
- C) A descentralização orçamentária é um mecanismo pelo qual todos os recursos financeiros da Administração Pública são geridos, exclusivamente, pelo Poder Executivo, sem participação de outros poderes ou órgãos independentes.
- D) Promove a autonomia e permite que diferentes órgãos ou entidades da Administração Pública gerenciem e executem parte do orçamento de acordo com suas necessidades específicas, sem a necessidade de aprovação direta de um órgão central em cada decisão.

Questão 46

Segundo o Código Tributário Nacional, é causa de extinção do crédito tributário:

- A) A moratória.
- B) A compensação.
- C) O parcelamento.
- D) O depósito do seu montante integral.

Questão 47

O analista processual integrante do quadro de servidores de Nova Friburgo atua em sua repartição precipuamente analisando processos administrativos que versam sobre o provimento de cargos e funções no município. De acordo com a legislação e doutrina pertinentes ao tema, assinale a única afirmativa que se mostra correta.

- A) A promoção é exemplo de provimento originário de cargo ou função pública.
- B) Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reintegração do ocupante anterior.
- C) Se uma pessoa, que já é servidora, vem a lograr aprovação em concurso público e toma posse em outro cargo, porém, posteriormente, é inabilitado no estágio probatório a ele relativo, deverá retornar à atividade anterior por meio da reintegração.
- D) Quando servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, em razão da necessidade de adequar o desempenho da função pública com a limitação física ou psíquica sofrida, de atribuições e responsabilidades com ela compatíveis, tem-se a readaptação.

Questão 48

Considere que no ano de 2030 determinado cidadão é convidado a participar da comissão responsável pela instauração de processo administrativo com vistas a deflagrar o próximo concurso público da municipalidade. Dentre as afirmativas a seguir, somente uma contempla orientação válida e correta a ser observada na condução do referido certame; assinale-a.

- A) Decreto do Executivo poderá estabelecer a exigência de exame psicotécnico para habilitação de candidato a cargo público.
- B) Pessoas que possuam quaisquer tatuagens poderão ser eliminadas mediante a estipulação de regras neste sentido no respectivo edital de concurso.
- C) É inconstitucional lei que preveja a possibilidade de o indivíduo aprovado no concurso público ingressar imediatamente no último padrão da classe mais elevada da carreira.
- D) O edital regulador do concurso público é a lei interna do certame, de modo que a Administração, no exercício de sua discricionariedade, terá ampla liberdade para nele estabelecer os requisitos de ingresso aos cargos colocados em disputa.

Questão 49

De acordo com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), analise as afirmativas a seguir.

- I. Os valores dos contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “outras despesas de pessoal”.
- II. As disposições da referida Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- III. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do Ente da Federação.

Está correto o que afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 50

Marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A modalidade de licitação concurso é aquela destinada a recrutar profissionais para fins de ocupação de cargos públicos vagos.
- () A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- () As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A sequência está correta em

- A) F, V, F.
- B) V, F, V.
- C) V, V, F.
- D) F, V, V.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido o candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares e etc., o que não acarreta nenhuma responsabilidade ao Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo, durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para todo os cargos de nível superior; médio; e, médio técnico; e, 30 (trinta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível fundamental incompleto. Será aplicada Prova Discursiva apenas para o cargo de Procurador do Município.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município). Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. As provas terão duração de 3 (três) horas para os cargos de nível fundamental incompleto, médio e médio técnico; 4 (quatro) horas para os cargos de nível superior. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para o cargo de Procurador do Município) devidamente assinados, apenas, no local indicado, sem qualquer outro termo que identifique o candidato.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.